

Carta de Apresentação – Documento 9010

São Paulo, 27 de março de 2026.

Ao Banco Central do Brasil

Prezados,

Em cumprimento ao disposto na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e Instrução Normativa BCB nº 236 de 17 de fevereiro de 2022 do Banco Central do Brasil, encaminhamos as Demonstrações Financeiras da OKTO Instituição de Pagamentos S.A. ("Companhia" ou "OKTO"), relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025, conforme relação dos documentos descritos a seguir:

- Relatório da Administração;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Atenciosamente,

OKTO Instituição de Pagamentos S.A.

ALDEIR GOMES DOS
SANTOS:080452657
52

Assinado de forma digital por
ALDEIR GOMES DOS
SANTOS:08045265752
Dados: 2026.03.27 11:56:33 -03'00'

Thamires Quaglio Rodrigues
Diretora Financeira

Aldeir Gomes dos Santos
Contador
CRC RJ-103602/O-6

OKTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
(Anteriormente denominada U4C Instituição de
Pagamento S.A.)

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

OKTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
(Anteriormente denominada U4C Instituição de Pagamento S.A.)

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
OKTO Instituição de Pagamento S.A.
(Anteriormente denominada U4C Instituição de Pagamentos S.A.)
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da **OKTO Instituição de Pagamento S.A. (anteriormente denominada U4C Instituição de Pagamentos S.A.) (“Instituição”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **OKTO Instituição de Pagamento S.A. (anteriormente denominada U4C Instituição de Pagamentos S.A.)** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Base para opinião com ressalvas

Ativo fiscal diferido

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025, a Instituição reconheceu o montante de R\$ 6.786 mil de ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias relativas a provisões para contingências e prejuízos fiscais, com absorção de R\$ 4.507 dentro do próprio exercício, restando o reconhecimento do resultado do segundo semestre de R\$ 2.279. O reconhecimento desses valores exige, conforme descrito na Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020, a comprovação de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportada por estudo técnico elaborado pela Administração, o que já se apresentava em 30 de junho de 2025. Como consequência, o resultado do semestre findo em 31 de dezembro de 2025 está superavaliado em R\$ 2.279 mil.

Estudo de recuperabilidade (*impairment*) do intangível

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3.e e 10.b às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025, o ativo intangível, no valor de R\$ 4.309 mil, foi gerado por meio de serviços prestados por terceiros e folha de pagamento de profissionais alocados na manutenção e desenvolvimento de sistemas operacionais utilizados em suas operações. Até a data de conclusão de nosso exame, não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes que comprovassem que a Instituição atende aos critérios necessários para a manutenção do ativo intangível registrado, notadamente estudos que suportassem sua amortização e a aferição de seu valor recuperável, considerando, ainda, que tal ativo vem sendo amortizado em até cinco anos. Como consequência, não nos foi possível determinar eventuais efeitos sobre este ativo, assim como seus respectivos efeitos sobre as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025, bem como a eventual necessidade de reapresentação de demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025, a Instituição possui operações com partes relacionadas. Caso estas operações tivessem sido realizadas com terceiros, os resultados das operações poderiam ser diferentes daqueles obtidos. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025 foram por nós auditadas, tendo sido emitido nossos relatórios em 31 de julho de 2025 e 19 de setembro de 2025, respectivamente, com opinião adversa em detrimento dos seguintes assuntos:

- I) **Investigações independentes:** no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidas pela Diretoria, juntamente com investigadores independentes, investigações essas sobre possíveis desvios nas contas de pagamento da Instituição com o objetivo de apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de ex-administradores e ex-prestadores de serviços relacionados a essas transações, as quais, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de junho de 2025, ainda estavam conciliação pela Administração da Instituição. Com a conclusão da investigação não foram apontadas situações relevantes que requeressem registros ou reapresentações nas demonstrações financeiras;
- II) **Circularização (confirmações externas de saldos) de instituições financeiras:** como procedimento de auditoria definido pela NBC TA 505 - Confirmações externas (circularizações), foram encaminhadas solicitações de confirmações das operações financeiras mantidas com outras instituições financeiras com os quais a Instituição mantinha relacionamentos, ambas na data-base de 31 de dezembro de 2024, as quais não foram recebidas em sua totalidade, procedimento este que teve seu objetivo alcançado ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sem que tenha sido apresentada situações que requeressem ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras;

- III) **Ativo fiscal diferido:** não foram reconhecidos os tributos diferidos sobre base negativa e prejuízo fiscal em 2024, o qual foi ajustado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- IV) **Impostos a recuperar:** foram registrados tributos a recuperar sem que estes tivessem suporte documental para seu suporte e manutenção do registro contábil. O qual não requer mais que sejam objeto de ressalva;
- V) **Transações sem suporte documental:** em 30 de junho de 2025, não nos foram apresentadas evidências de auditoria apropriadas e suficientes, como segue: “Transações de pagamento pré-paga e “Obrigações por transações de pagamentos pré-pagas nos montantes de 354 mil e 666 mil respectivamente, os quais não requerem mais que sejam objeto de ressalva;
- VI) **Incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Instituição:** a Instituição vinha apresentando prejuízos constantes, tendo revertido esta situação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não sendo mais requerido a inclusão deste parágrafo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidade da Diretoria sobre as demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria da Instituição é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a ata de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2026.

OKTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

(Anteriormente denominada U4C Instituição de Pagamentos S.A.)

Balanço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e semestre findo em 31 de dezembro de

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025
Ativo Circulante		395.846
Disponibilidades	4	3.073
Instrumentos Financeiros		391.772
Transações de pagamentos pré pagas	5	391.772
Tributos a compensar	6	1.001
Ativo Não Circulante		18.584
Ativo fiscal diferido	7	2.279
Outros ativos		11.967
Bloqueio Judicial	12	243
Valores a receber de partes relacionadas	8	11.724
Imobilizado	9	30
Intangível	9	4.308
Total do ativo		414.430
Passivo		
	Nota	31/12/2025
Passivo Circulante		372.655
Depósitos e demais instrumentos financeiros		366.715
Obrigações por transações de pagamentos pré pagas	5	366.715
Contas a pagar	10	5.119
Obrigações tributárias	12	806
Obrigações trabalhistas e sociais		15
Passivo Não Circulante		925
Provisões para contingências	11	342
Obrigações Tributárias	12	560
Outros passivos		23
Total do passivo		373.580
Patrimônio líquido	13	40.850
Capital social		27.676
Lucro acumulado		-
Reservas de Lucros		13.174
Total do passivo e patrimônio líquido		414.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OKTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

(Anteriormente denominada U4C Instituição de Pagamentos S.A.)

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre de 2025	Exercício 2025
Resultado de intermediação financeira			
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		28.360	48.528
Rendas de operações com Títulos e valores mobiliários		11	58
Resultado bruto de intermediação financeira	14	28.371	48.586
Receita de serviços prestados	15	10.139	21.366
Despesas administrativas	16	(14.177)	(16.390)
Outras despesas e receitas operacionais	17	(6.493)	(11.902)
Outras receitas (despesas) operacionais		(10.531)	(6.926)
Resultado operacional		17.840	41.660
Outras receitas (despesas) não operacionais		(665)	(1.046)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		17.175	40.614
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e diferido	18	(1.909)	(7.483)
Imposto de Renda Corrente		(3.078)	(7.172)
Contribuição social sobre o Lucro Líquido corrente		(1.110)	(2.590)
Tributos diferidos		2.279	2.279
Resultado líquido do semestre/exercício		15.266	33.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OKTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

(Anteriormente denominada U4C Instituição de Pagamentos S.A.)

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	2º semestre de 2025	Exercício 2025
Resultado líquido do semestre/exercício	15.266	33.131
Outros resultados abrangentes	-	-
Total resultado abrangente do semestre/exercício	15.266	33.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OKTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

(Anteriormente denominada U4C Instituição de Pagamentos S.A.)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de Lucros	AFAC	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2025	19.076	-	8.600	(19.957)	7.719
Integralização de capital (nota explicativa nº 13)	8.600	-	(8.600)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.131	33.131
Reserva Legal	-	659	-	(659)	-
Reserva especial de Lucros	-	644	-	(644)	-
Retenção de Lucros	-	11.871	-	(11.871)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.676	13.174	-	-	40.850
Mutação do exercício	8.600	13.174	(8.600)	19.957	33.131
Saldo em 30 de junho de 2025	27.676	-	-	(2.092)	25.584
Resultado líquido do semestre	-	-	-	15.266	15.266
Reserva Legal	-	659	-	(659)	-
Reserva especial de Lucros	-	644	-	(644)	-
Retenção de Lucros	-	11.871	-	(11.871)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.676	13.174	-	-	40.850
Mutação do semestre	-	13.174	-	2.092	15.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OKTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

(Anteriormente denominada U4C Instituição de Pagamentos S.A.)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre de 2025	Exercício 2025
Resultado líquido do semestre/exercício		15.266	33.131
Ajustes ao resultado do semestre/exercício		(1.282)	(562)
Depreciação e amortização	9	968	1.942
Provisões contingências	11	18	(283)
Títulos e valores mobiliários		11	58
Tributos diferidos	7	(2.279)	(2.279)
Resultado líquido ajustado do semestre/exercício		13.984	32.569
Variações em ativos e passivos			
Títulos e valores mobiliários	5	97	100
Tributos compensados	6	818	1.023
Outros ativos		22	(184)
Bloqueio Judicial	12	(16)	(9)
Fornecedores	10	284	498
Obrigações tributárias	12	1.033	1.623
Transações de pagamentos pré pagas	5	(19.769)	(24.361)
Partes relacionadas	8	(9.884)	(9.884)
Outros passivos		(1)	(6)
Caixa (aplicado) nas atividades operacionais		(27.416)	(31.200)
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(13.432)	1.369
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		16.505	1.704
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício		3.073	3.073
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(13.432)	1.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A OKTO Instituição de Pagamentos S.A. (anteriormente denominada U4C Instituição de Pagamentos S.A.) (“Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, 200 - Estado de SP - CEP 04575-020, constituída em 20 de julho de 2018.

A Instituição tem por objeto social a prestação de serviços por meio de pagamentos nos termos da legislação brasileira, mormente quanto a disponibilização de serviços de suporte e/ou saque de recursos mantidos em conta pré-paga e/ou de pagamento, gestão de contas pré-pagas e/ou de pagamento, emissão e credenciamento de instrumento de pagamento, excussão de remessa de fundos, conversão de moeda física em eletrônica ou vice versa, emissão e administração (incluindo, exemplificativamente, as operações de carga).

Em 6 de março de 2025 foi publicado no Diário Oficial da União a alteração da razão social de U4C Instituição de Pagamento S.A. para OKTO Instituição de Pagamento S.A. A alteração de razão social decorreu de reorganização societária, não havendo alteração na estrutura operacional ou nas atividades desempenhadas pela Instituição.

1.1. Investigação forense

Em 16 de setembro de 2024, foi contratado a empresa CLA - Clifton Larson Allen Brasil Consultoria Empresarial E.T. em decorrência do descasamento encontrado entre contas digitais de recursos de terceiros. A sócia, OHB Holdings Participações Ltda., minoritária à época, efetuou um aporte de capital no valor de R\$ 6.500 com o objetivo de inteirar esse dinheiro integralmente na conta de salvaguarda e decidiu estabelecer uma investigação independente sobre todos os movimentos na Instituição a fim de entender o que causou os problemas identificados;

A análise forense conduzida pela CLA Brasil identificou inconsistências contábeis e operacionais na OKTO Instituição de Pagamento S.A., adquirida pela OHB Holdings Participações, pertencente ao Grupo OKTO., relacionadas ao uso de ajustes financeiros e transferências internas para conciliação de saldos. Embora os procedimentos tenham evidenciado fragilidades na integridade da base de dados e práticas contábeis que geraram divergências entre os saldos virtuais e bancários, não foram encontradas evidências de desvio indevido de valores para benefício pessoal. Como oportunidade de melhoria, a Instituição tem implementado controles mais robustos para ajustes financeiros, a normalização da base de dados e aprimoramentos nos processos de conciliação, visando maior transparência e segurança operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as insuficiências geradas pelas diferenças informadas foram cobertas através de aportes de capital da nova investidora e estão garantidas na Instituição desde então. Em 19 de fevereiro de 2025 as investigações da CLA foram concluídas, entretanto, apresentaram divergências e limitações na base de dados dos wallets que foi extraída essas inconsistências que limitaram a apresentação de cálculos da divergência entre saldos virtuais e conta balde não foi possível concluir sobre eventuais ajustes e outros impactos relativos essa limitação. Devido ao resultado inconclusivo da investigação, a Administração realizou as conciliações disponíveis; contudo, conforme apontado no laudo elaborado pela CLA, não foi possível reconstruir de forma definitiva a formação de determinados saldos de clientes. Diante disso, foram realizados aportes de recursos para suportar os saldos que vinham sendo reportados aos clientes, permitindo sua manutenção e liquidação quando solicitada. Tal decisão foi tomada com o objetivo de preservar a integridade das informações apresentadas e assegurar o atendimento às solicitações dos clientes.

Dessa forma, a Administração concluiu o processo de regularização dos saldos em 2024, por meio dos aportes de capital realizados pela investidora e do reconhecimento integral das obrigações com clientes da Instituição. Não há, na data-base, ajustes adicionais a serem efetuados, permanecendo a Instituição apenas com o monitoramento e aprimoramento contínuo de seus controles internos.

2. Base elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil estabelecidas pela legislação societária brasileira, Lei 6.404/76 e alterações posteriores, associadas às normas e instruções aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), , normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC), homologados pelo BACEN.

Adoção de novas normas

A partir de 1º de janeiro de 2025, passaram a vigorar a BCB nº 352/2023, que introduziu mudanças para registro dos instrumentos financeiros, sendo adotadas de forma prospectiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como principais impactos, destacam-se:

- Classificação e mensuração de ativos financeiros: os ativos passam a ser classificados com base no modelo de negócios da instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa (teste de SPPJ - Somente Pagamentos de Principal e Juros), nas categorias: custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR)
- Reconhecimento de receitas e encargos financeiros: receitas e custos diretamente vinculados à originação ou emissão de instrumentos financeiros devem ser apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, quando considerados materiais;
- Suspensão da apropriação de juros: os juros deixam de ser apropriados a partir do momento em que o ativo financeiro for caracterizado como de problema de recuperação de crédito (ativo problemático);
- Modelo de perda esperada: o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito passa a ser feito com base no modelo de perda esperada, conforme critérios definidos na Resolução BCB nº 352/2023, o que antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência da inadimplência;
- Renegociação e reestruturação: foram definidos novos critérios contábeis para mensuração e apresentação de operações renegociadas ou reestruturadas; e
- Baixa de ativos financeiros: os ativos financeiros passam a ser baixados para prejuízo a partir do momento em que não houver mais expectativa razoável de recuperação por parte da Instituição.

A Instituição adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução BCB nº 352/23, que altera estes critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, não tendo havido impactos para a Instituição, optou por utilizar a faculdade de dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores dessas demonstrações financeiras, conforme previsto no Art. 102 da.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em reunião de sócios em 23 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estas estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas, bem como em quaisquer períodos futuros afetados.

2.4. Resoluções CMN que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025:

(i) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2025, passaram a vigorar as regulamentações previstas na Resolução BCB nº 352/2023, juntamente com as normas complementares correspondentes aplicáveis a Instituição.

(ii) Padrão contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - Cosif

A Resolução BCB nº 426/23 a 433/23, 390/24 e 537/24 a 543/24 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do plano Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Bacen.

(iii) Transição

De acordo com o Art. 94, da Resolução BCB nº 352/2023, os princípios estabelecidos nesta resolução foram aplicados de forma prospectiva às demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2025. Portanto, os saldos referentes aos períodos findos de 2024 não foram ajustados e não requerem republicação, de modo que os efeitos da adoção inicial, foram contabilizados no patrimônio líquido na conta de lucros acumulados de 1º de janeiro de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Arrendamento mercantil

Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022 Ela estabelece os critérios contábeis para operações de arrendamento mercantil aplicáveis especificamente às instituições de pagamento autorizadas pelo BCB., devendo essas instituições observarem o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 - R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. A Instituição não possui novos contratos de operações de arrendamento mercantil no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 que impactem as demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas pela Instituição de maneira consistente apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Disponibilidades

Correspondem aos saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de curto prazo, com alto índice de liquidez e vencimentos não superior a três meses, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, de forma que não há perda relevante de valor em caso de resgate antecipado. Os investimentos financeiros são demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de estimativa para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023 nas seguintes categorias:

- I. Valor justo por meio do resultado (VJR):** ativos financeiros mantidos com o objetivo de negociação ativa e frequente, cujas variações no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do período;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- II. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)** - ativos financeiros mantidos tanto para receber fluxos de caixa contratuais quanto para venda eventual, cujas variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo reclassificadas para o resultado quando da baixa ou realização;
- III. **Custo amortizado** - ativos financeiros mantidos para receber fluxos de caixa contratuais, mensurados pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas estimadas com crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, a OKTO Instituição de Pagamentos S.A. possuía apenas títulos classificados na categoria custo amortizado. Não houve reclassificações entre categorias durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Os instrumentos classificados nessa categoria são mensurados pelo custo amortizado, com reconhecimento dos rendimentos ao resultado ao longo do prazo da aplicação, de acordo com a taxa efetiva de juros.

c) Transações de pagamentos pré-pagas

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas e operações de cartões de crédito pré-pago, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição, tais valores são demonstrados pelos valores das exigibilidades, podendo ser resgatados a qualquer momento pelo usuário.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado da Instituição são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos dos tributos compensáveis como Pis e Cofins, quando aplicável, da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. O valor contábil dos bens é revisado periodicamente para assegurar que não exceda seu valor recuperável ao final de cada exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Intangível

Ativos intangíveis, adquiridos separadamente e, inclusive, os gerados internamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados apenas se forem confiavelmente mensurados, os benefícios econômicos forem prováveis e se a Instituição tiver a intenção e recursos para finalizar o desenvolvimento para uso ou venda do ativo. Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. A amortização é reconhecida linearmente conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

f) Tributos correntes e diferidos

O Imposto de Renda é calculado e registrado às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente à R\$240, para o Imposto de Renda, e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ajustado conforme legislação fiscal vigente.

A Lei Complementar nº 224/2025, promulgada em 2025, estabeleceu a majoração da alíquota da CSLL para instituições de pagamento para 12%, com efeitos a partir de 2026. A Instituição avaliou os impactos dessa alteração e concluiu que não há efeitos relevantes sobre suas demonstrações financeiras na data-base.

Os créditos tributários, quando aplicável, são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço, nas disposições constantes na legislação tributária brasileira e na Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020, do Banco Central do Brasil.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realizações e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos até a data do balanço e, quando aplicável, os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses no ativo e passivo circulantes, enquanto prazos superiores são classificados como não circulantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço, em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020.

i) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração, a provisão e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais baseiam-se nos critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/2009 da seguinte forma:

- IV. Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado;
- V. Passivos contingentes:** são avaliados e classificados levando em consideração o risco de cada passivo. Quando o risco é considerado possível, os passivos são apenas divulgados nas demonstrações financeiras dada a incerteza da Instituição ter a obrigação que resulte em saída de recursos. Quando o risco é considerado provável, são reconhecidos como passivos nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes.

Nesse caso, a entidade deve determinar se a obrigação presente existe na data do balanço ao considerar toda a evidência disponível. A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos após a data do balanço. Com base em tal evidência:

- VI.** Quando for mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve reconhecer a provisão (se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos);
- VII.** Quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Resultados não recorrentes

Os resultados não recorrentes são avaliados semestralmente para divulgação, de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020. São considerados resultados não recorrentes as operações que estejam ou não relacionados com as atividades da OKTO Instituição de Pagamentos S.A., onde a recorrência não ultrapasse três recorrências por exercício social.

A instituição não reconheceu resultados não recorrente na Instituição no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

4. Disponibilidades

Descrição	31/12/2025
Bancos	2.975
Aplicações Financeiras - CDB	98
	<u>3.073</u>

5. Transações de pagamentos pré-pagas

Os valores se referem ao saldo das contas digitais dos clientes custodiados em contas correntes da Instituição, apresentando a seguinte posição:

Descrição	31/12/2025
Ativo circulante	
Contas digitais de recursos de terceiros (i)	391.418
Orbitall Pré-paga (iii)	354
Total	<u>391.772</u>
Passivo circulante	
Contas digitais de recursos de terceiros (i)	(316.774)
Contas digitais de recursos de terceiros - Bloqueio Judicial (i)	(4)
Obrigações por aplicações financeiras (ii)	(49.771)
Outras contas a pagar - operacional	(4)
Bonificação e Comissão a pagar	(162)
Total	<u>(366.715)</u>

- (i) Os valores demonstrados na rubrica “Contas digitais de recursos de terceiros”, “Contas digitais de recursos de terceiros - Bloqueio Judicial” dispõem apenas os valores mantidos na Instituição detidos de terceiros considerando líquido de qualquer valor de livre movimento da Instituição.
- (ii) O saldo refere-se a valores de clientes aplicados e mantidos na instituição com remuneração atrelada ao CDI, em percentual definido conforme negociação comercial com cada cliente, calculada pro rata die, sendo o resultado apurado mensalmente concedido na forma de desconto ou bonificação na fatura de serviços do período subsequente.
- (iii) Os saldos apresentados nessa rubrica representam cartões de crédito pré-pagos decorrentes de valores aportados por transferência prévia, retirados das contas digitais, e utilizados nas transações de saque e compras com os cartões dos clientes e que ainda não foram repassados para a Operadora do cartão de crédito (Orbitall). Essas transações de repasse dos valores em 31 de dezembro de 2025 ocorrem com prazo D+1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Tributos a compensar

Os tributos a compensar foram apurados, em sua grande maioria, por pagamento de tributos a maior ou indevidos.

Descrição	31/12/2025
IRPJ Saldo Negativo 2025	543
CSLL Saldo Negativo 2025	193
Pagamento Indevido ou a Maior (i)	265
Total	1.001

(i) A Administração tem realizado as conciliações necessárias para corroborar a recuperabilidade destes saldos em se esgotando tais tratativas os valores não recuperados serão baixados e oferecidos a sua tributação.

7. Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido refere-se ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), reconhecidos decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

A partir do reconhecimento, o ativo fiscal diferido vem sendo compensado mensalmente com os saldos de IRPJ e CSLL a pagar, conforme a apuração dos tributos correntes. Em 31 de dezembro de 2025, a administração entende que os valores remanescentes são realizáveis, com expectativa de realização integral no próximo exercício, conforme demonstrado no quadro, em prazo inferior ao limite de dez anos estabelecido pela regulamentação.

Ano	31/12/2025	%
2026	2.279	100%
2027 a 2035	-	-
Total	2.279	100%

A mensuração dos créditos tributários diferidos considera as alíquotas vigentes e aquelas previstas na legislação aplicável no momento estimado de sua realização.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia avaliou os impactos da Lei Complementar nº 224 de 2025 e da Instrução Normativa RFB nº 2.305 de 2025, concluindo que tais normativos não impactam de forma relevante a mensuração e a realização dos ativos fiscais diferidos.

A movimentação apresentada contempla o reconhecimento e as compensações dos créditos tributários diferidos no período, sendo que seus efeitos são refletidos de forma líquida na demonstração do resultado.

OKTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A.
(Anteriormente denominada U4C Instituição de Pagamentos S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Movimentação			Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 01/07/2025	Reconhecimento	(-) Utilização	
IRPJ Diferido	-	4.990	3.314	1.676
CSLL Diferido	-	1.796	1.193	603
Total	-	6.786	4.507	2.279

8. Partes relacionadas

Os valores a receber decorrentes de transações realizadas com partes relacionadas, incluindo empresas coligadas ou sob controle comum. Tais valores decorrem, essencialmente, da prestação de serviços entre as empresas do grupo econômico, no curso normal de suas atividades.

Descrição	31/12/2025
Contas a Receber com empresas do Grupo	1.840
Okto Tech Ltda	9.884
Total	11.724

Existem saldos e transações decorrentes de mútuos com partes relacionadas, registrados no ativo, junto à empresa do grupo OKTO Tech Ltda.

No passivo, permanecem registrados valores relativos a contas administrativas entre empresas do mesmo grupo econômico, decorrentes principalmente de operações com clientes externos de FX e de saldos próprios das companhias. Desse montante, R\$ 17.223 referem-se a obrigações relacionadas à moeda eletrônica sendo R\$ 15.972 referentes à OKTO Tech Ltda., R\$ 90 à OKTO Pagamentos Brasil S.A., R\$ 161 à OHB Holdings Participações Ltda e R\$ 1.000 à OKTOPAY BRASIL LTDA. Adicionalmente, há R\$ 3.562 registrados como valores a pagar a OKTOPAY OPERATIONS IKE.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida uma receita no montante de R\$184, decorrente da prestação de serviços a empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, a qual foi integralmente reconhecida no primeiro semestre, não havendo reconhecimento no semestre findo na mesma data. Essa operação representa transação entre partes relacionadas e está refletida no resultado do exercício da Instituição. Foi reconhecida também uma despesa com empresas do grupo no valor de R\$ 10.533, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, sendo o montante integralmente reconhecido no segundo semestre, referente à prestação de serviços de apoio administrativo, organizacional e corporativo por empresa do mesmo grupo econômico. A remuneração é calculada com base nos custos incorridos acrescidos de margem contratual, conforme faturas recebidas no período.

OKTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A.
(Anteriormente denominada U4C Instituição de Pagamentos S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2025
Ativo	
Contas a receber com empresas do grupo	11.724
OKTO TECH LTDA.	11.724
Total Ativo	11.724
Passivo	
Obrigações relacionadas à moeda eletrônica	17.223
OKTO TECH LTDA.	15.972
OKTO PAGAMENTOS BRASIL S.A.	90
OHB HOLDINGS PARTICIPAÇÕES LTDA.	161
OKTOPAY BRASIL LTDA.	1.000
Valores a pagar a partes relacionadas	3.562
OKTOPAY OPERATIONS	3.562
Total Passivo	20.785
Resultado	
Receita com partes relacionadas	184
OKTO TECH LTDA.	184
Despesa com partes relacionadas	(10.533)
OKTOPAY OPERATIONS	10.533

9. Imobilizado e Intangível

a) Contas do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Taxa média de depreciação a.a. (%)	31/12/2025		
		Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e periféricos	20%	173	(160)	13
Máquinas e equipamentos	10%	25	(9)	16
Celulares	10%	2	(1)	1
Marcas e Patentes	20%	9.590	(5.282)	4.308
Total		9.790	(5.452)	4.338

OKTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A.
(Anteriormente denominada U4C Instituição de Pagamentos S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação das contas do ativo imobilizado e intangível líquido no semestre e exercício:

Consolidado	Movimentação						Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 01/07/2025	Adições	Baixas	Depreciação e amortização	Ajuste de conversão	Impairment	
Computadores e periféricos	21	-	-	(8)	-	-	13
Máquinas e equipamentos	17	-	-	(1)	-	-	16
Celulares	1	-	-	-	-	-	1
Marcas e Patentes	5.267	-	-	(959)	-	-	4.308
Total	5.306	-	-	(968)	-	-	4.338

Consolidado	Movimentação						Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Depreciação e amortização	Ajuste de conversão	Impairment	
Computadores e periféricos	35	-	-	(22)	-	-	13
Máquinas e equipamentos	18	-	-	(2)	-	-	16
Celulares	1	-	-	-	-	-	1
Marcas e Patentes	6.226	-	-	(1.918)	-	-	4.308
Total	6.280	-	-	(1.942)	-	-	4.338

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Contas a pagar

A rubrica de Contas a Pagar refere-se a obrigações com terceiros decorrentes da aquisição de bens e serviços utilizados nas operações da Instituição. Os saldos correspondem a notas fiscais recebidas e ainda não liquidadas até a data-base, conforme prazos acordados contratualmente.

Descrição	31/12/2025
Fornecedores	1.557
Outras Contas a Pagar (i)	3.562
	<u>5.119</u>

- (i) Refere-se à prestação de serviços de apoio administrativo, organizacional e corporativo por empresas do mesmo grupo econômico pago no mês subsequente.

11. Provisão para contingências

A Instituição é parte envolvida em processos cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos/ bloqueios judiciais. Em bases periódicas, revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as possibilidades administração de prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, como a natureza dos processos e a experiência histórica. O valor da estimativa está adequadamente mensurado e provisionado compreendendo os processos com o prognóstico de perdas prováveis.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo provisionado de acordo com a assessoria jurídica da Instituição era de R\$342 e o saldo de bloqueio judicial era de R\$ 243.

Natureza da provisão	Saldo em 30/06/2025	Constituição	Reversões	Atualização	Saldo em 31/12/2025
Cíveis	324	18	-	-	342
Total	<u>324</u>	<u>18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>342</u>

Natureza da provisão	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Reversões	Atualização	Saldo em 31/12/2025
Cíveis	625	18	(301)	-	342
Total	<u>625</u>	<u>18</u>	<u>(301)</u>	<u>-</u>	<u>342</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contingências possíveis

Os saldos de passivos contingentes dependem de um ou mais eventos futuros para se tornar uma obrigação. A administração acredita que não incorrerá em perdas significativas relacionadas aos processos classificados como perdas possíveis. Em 31 de dezembro de 2025, existem passivos contingentes relacionados a processos de natureza cível classificados como contingências possíveis no valor de R\$ 302.

12. Obrigações fiscais correntes e diferidas

Compreende as obrigações fiscais correntes da Instituição, incluindo tributos devidos pela própria Instituição (como ISSQN, CSRF, PIS, COFINS, IRPJ E CSLL) e valores retidos de terceiros na fonte como IRRF, que devem ser recolhidos aos respectivos entes federativos. As obrigações estão classificadas no passivo circulante e não circulante, conforme sua exigibilidade.

Descrição	31/12/2025
IRRF a recolher	11
CSRF a recolher	34
COFINS a pagar	258
PIS a pagar	44
ISSQN a Pagar	38
Parcelamento Simplificado CP	421
Parcelamento Simplificado LP	560
	<u>1.366</u>

Em 31 de dezembro de 2025 a Instituição possui três parcelamentos tributários junto à Receita Federal referente a débitos previdenciários, Imposto de Renda sobre folha de pagamentos, Imposto de renda e Contribuição Social retido na fonte. Na data de adesão a esses parcelamentos, o valor total das dívidas contratadas era de R\$ 2.078 mil, conforme detalhamento a seguir:

Parcelamento	Data do parcelamento	Valor Inicial da dívida	Quantidade de parcelas	Valor das parcelas	Saldo atualizado
02110001200397840442254	30/08/2022	511	60	8	147
02110001200795163922392	31/08/2023	1.226	60	20	621
02110001200454466152416	25/03/2024	341	60	6	213

Nota: Os valores apresentados na tabela representam os montantes originais das dívidas na data de cada parcelamento. O saldo contábil em 31 de dezembro de 2025 já reflete a amortização das parcelas pagas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito da Instituição era de R\$ 27.676, dividido em 9.864.709 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 7 de janeiro de 2025, foi publicado no Diário Oficial da União a aprovação, pelo Banco Central do Brasil, da transferência de controle da Instituição para a OHB Holdings Ltda. passando assim a deter 100% do capital da Instituição.

31 de dezembro de 2025			
Acionista	Ações subscritas	Valor subscrito	Percentual Participação
OHB Holdings Ltda.	9.864.709	27.676	100.00%

b) Suficiência de capital e requerimento mínimo de patrimônio de referência

A Instituição monitora frequentemente o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento (PRip) exigido na Resolução BACEN nº 198/2022 que é apurado mediante a aplicação do fator F' ao montante dos ativos ponderados pelo risco para instituição de pagamento (RWAip). Para a Instituição, a parcela calculada é a RWAsp relativa aos serviços de pagamentos prestados.

O Índice de Basileia em 31 de dezembro de 2025 é de 23%

Descrição	31/12/2025
Patrimônio de referência	36.542
Patrimônio de Referência Exigido	18.693
Fator F*	12%
Soma dos componentes dos ativos	155.771
Total do RWASP	136.462
Total do RWARCSimp	19.309
Total do RWARCAMSimp	-
Sobra/Insuficiência de capital	17.849
Índice de Basileia	23%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 1º de janeiro de 2025, a Instituição apresentava saldo de R\$ 8.600 registrado em “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)”, o qual foi registrado e arquivado na Junta Comercial ocorrido em 28 de maio de 2025. Já com a aprovação pelo Departamento de Organização do Sistema Financeiro (DEORF) publicada no Diário Oficial da União, com isso, o capital social foi elevado de R\$ 19.076 para R\$ 27.676.

c) Lucros/(Prejuízos) acumulados

O saldo de lucros e prejuízos acumulados reflete os resultados apurados até a data-base das demonstrações financeiras, incluindo a absorção de prejuízos de exercícios anteriores e o lucro auferido no período.

Em Assembleia Geral de Acionistas, foi aprovada a destinação do lucro remanescente no exercício de 2025 após a absorção dos prejuízos acumulados, no montante de R\$13.174, conforme segue:

- R\$ 659 destinados à constituição da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76;
- R\$ 644 destinados à reserva especial de Lucros.
- R\$ 11.871 destinados à retenção de lucros, visando o reforço da estrutura patrimonial e o suporte às operações, conforme decisão dos investidores de manter os resultados na Instituição para reinvestimento ao longo de 2026.

14. Resultado de intermediação financeira

Descrição	2º semestre 2025	Exercício 2025
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	7	53
Remuneração conta PI	29.743	51.041
Juros ativos	4	4
Deduções		
Impostos	(1.383)	(2.512)
PIS	(193)	(331)
COFINS	(1.190)	(2.044)
IRRF	-	(137)
Resultado bruto intermediação financeira	28.371	48.586

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita de serviços prestados

Descrição	2º semestre 2025	Exercício 2025
Receita operacional bruta		
Receita de serviços financeiros	12.873	25.969
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(1.340)	(2.910)
PIS	(191)	(402)
COFINS	(878)	(1.850)
ISS	(271)	(658)
Abatimentos Concedidos (i)	(1.394)	(1.693)
Receita operacional líquida	10.139	21.366

- (i) O abatimento registrado refere-se a descontos condicionais concedidos a clientes que atendem a critérios previamente estabelecidos de relacionamento e desempenho comercial. No momento da apuração, o valor do desconto é tratado como abatimento de receita, em conformidade com CPC 47 / IFRS 15, que orienta que descontos comerciais e incentivos concedidos a clientes devem ser apresentados como dedução da receita bruta, e não como despesa operacional.

16. Despesas administrativas

Descrição	2º semestre 2025	Exercício 2025
Despesas gerais de funcionamento	(2.784)	(4.866)
Despesa com pessoal	-	(72)
Despesas comerciais	(860)	(919)
Despesas com Partes relacionadas (i)	(10.533)	(10.533)
Total	(14.177)	(16.390)

- (i) Refere-se à prestação de serviços de apoio administrativo, organizacional e corporativo por empresas do mesmo grupo econômico.

17. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores apresentados na rubrica destacam-se no período pelos valores representados abaixo.

Descrição	2º semestre 2025	Exercício 2025
Custos sobre os serviços prestados (i)	(6.061)	(10.927)
Despesas com perdas decorrentes da operação	(22)	(266)
Despesas de rendimentos	-	(473)
Demais provisões	(56)	(75)
Reversão de provisões - Processos Judiciais	22	323
Perdas Financeiras	(376)	(484)
Total	(6.493)	(11.902)

- (i) Refere-se a custos relacionados à tarifas bancárias, processamento de dados, tecnologia da operação, softwares operacionais, associações e comissões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e diferido

Descrição	2º semestre 2025	Exercício 2025
Apuração IRPJ e CSLL		
Lucro Líquido antes da Tributação	17.175	40.614
Adições - permanentes	433	503
Lucro tributável antes das compensações	17.608	41.117
Compensação prejuízos fiscais e base negativa (30%)	(5.282)	(12.335)
Base de cálculo após as compensações	12.326	28.782
Imposto de renda apurado (15%)	1.849	4.317
Adicional do imposto de renda apurado (+10%)	1.229	2.855
Total do IRPJ	3.078	7.171
Contribuição Social sobre o lucro (9%)	1.110	2.590
IRPJ e CSLL correntes	4.188	9.761
(-) Impostos diferidos	(2.279)	(2.279)
Despesa total de IRPJ e CSLL	1.909	7.483

Nota: A CSLL foi apurada à alíquota de 9% no exercício de 2025, conforme legislação vigente. A Lei Complementar nº 224/2025, com efeitos a partir de 2026, não trazendo impactos materiais aos tributos correntes e diferidos no período.

19. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição possuía instrumentos financeiros representados substancialmente, por caixa e bancos, contas a receber e contas a pagar. Os valores desses instrumentos reconhecidos nos balanços patrimoniais findo naquela data aproximam-se do valor de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações e juros atualizados até a data do balanço.

20. Gestão de capital

A Instituição entende as exigências da Circular nº25/20, que visa garantir que as instituições de pagamento tenham patrimônio suficiente para suportar a operação. A Instituição mantém processos de revisão para garantir o patrimônio líquido mínimo ajustado pelos limites de resultados exigidos.

O patrimônio líquido ajustado é calculado como o capital social, mais o valor do aumento de capital futuro e das receitas e subtraindo os custos e despesas e o resultado acumulada para o ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Relacionamento com auditor independente

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse a Instituição como parte de suas práticas de governança corporativa, evidência que para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, dentre as quais estão consideradas as demonstrações financeiras, junto à empresa BDO RCS Auditores Independentes, ou a quaisquer empresas ou pessoas a ela ligada direta ou indiretamente.

22. Remuneração da Diretoria

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, informamos que, até a aprovação da transferência de controle para a OHB Holdings Ltda. em janeiro de 2025, mencionado na Nota explicativa nº 14, os controladores em última instância da Instituição eram os acionistas fundadores, sendo os principais Túlio Ianinni (CEO), Tito Lívio Figueiredo (CLO) e Roberto Martins (CTO e CFO).

Em decorrência dessa aprovação, os antigos sócios receberam sua última remuneração em janeiro de 2025 no valor de R\$ 72. A remuneração da diretoria atual no período totalizou R\$ 1.033, tendo sido integralmente suportada por outra empresa do grupo, não havendo qualquer expectativa de reembolso ou cobrança futura por parte da Instituição.

23. Resultados não recorrentes

Durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, a OKTO Instituição de Pagamentos S.A. não registrou resultados não recorrentes.

24. Gerenciamento de riscos

A Instituição possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Circular BACEN nº 3.681/13 e atualizações.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a OKTO Instituição de Pagamentos não possuir recursos suficientes para cumprir seus compromissos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro, o que levaria a um prejuízo financeiro.

c) Risco operacional

A Instituição tem como compromisso identificar e avaliar o risco operacional inerente aos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas relevantes, revisando, periodicamente, os mecanismos de controle e mitigação dos riscos operacionais, a fim de, quando necessário, ajustar suas estratégias e processos.

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.192/13 e alterações posteriores, estabeleceu a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência e, através da Resolução nº 4.193/13 e alterações posteriores, dispôs sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição apresentava um patrimônio líquido positivo de R\$ 40.850.

25. Eventos subsequentes

Até a data de emissão das demonstrações financeiras houve o anúncio da aplicação de tarifas sobre exportações para os Estados Unidos (EUA) por vários países, porém o mesmo não afetou as operações do Grupo OKTO e da Instituição, contudo a Administração segue avaliando os impactos do novo plano tarifário.

A Reforma Tributária, instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, trará alterações relevantes na sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços e impactará diretamente nos processos e sistemas empresariais. A implementação está prevista para ocorrer de forma gradual, com um período de transição entre os anos 2026 e 2033.

Em 2025, não houve impactos da Reforma Tributária na Instituição e, em 2026, ano de teste, também não se espera impactos materiais as demonstrações financeiras.